



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado do Espírito Santo

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 000010/2020

PROCESSO Nº 002632/2020/2020

CÓDIGO DE REMESSA DE CONTRATAÇÃO: 2020.038E0500001.09.0011

1 DA LICITAÇÃO

1.1 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, com sede na Rua Paschoal Brioschi, 319 - Centro - Jaguaré - ES, inscrita no CNPJ: nº 11.822.633/0001-00, neste ato representado por **DAYANA MARA DOS SANTOS SILVA BIZI**, portadora da CI: nº 3123630-MS e inscrita no CPF: nº 900.060.701-91, lavra o presente processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, para **Aquisição de equipamentos e material permanente, em caráter emergencial, para equipar veículo adaptado a ambulância como uti móvel, para enfrentamento ao COVID-19**, de acordo com de acordo com a lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, e diante das condições e do fundamento legal exposto no presente.

1.2 O órgão solicitante é o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**.

2 DA JUSTIFICATIVA

2.1 A presente aquisição se justifica em decorrência da pandemia do COVID-19 e em conformidade com a lei Federal 13.979/2020, bem como os Decretos Municipal nº 038/2020 e subsequentes, assim, esta Secretaria Municipal de Saúde, levando em conta a situação de emergência em nível INTERNACIONAL (Pandemia) e, com o intuito de abastecer as Unidades de Referência com Testes rápidos para detecção qualitativa específica IGC e IGM da COVID-19, assegurando aos usuários e aos profissionais da área de Saúde, condições adequadas segundo o Protocolo de Manejo para o Novo CORONAVÍRUS (COVID-19) do Ministério da Saúde. Assim, por tais razões, é que se faz necessária a compra do material descrito, ao final deste Termo.

2.2 Ressaltamos a rapidez em que o vírus se espalha podendo causar um colapso na Saúde Pública.

3 RAZÃO DA DISPENSA

3.1 Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido Art. 45, da Lei 13.979/2020, tendo como critério de seleção o menor preço por item.

3.2 Demonstrada a necessidade da contratação, e baseado na exclusividade da contratada, juntada a necessidade da realização da aquisição, a Administração Pública Municipal se admite a contratação direta, caracterizada através de Processo de Inexigibilidade de Licitação, que justificável e legalmente amparada, atendendo aos interesses da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Jaguaré.

4 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 A fundamentação legal está constante no Art. 4º da Lei 13.979/2020:

Art. 4º fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado do Espírito Santo

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

4.2 A aquisição dar-se-á por contratação direta, dispensa de licitação, tendo como critério de seleção o menor preço por item.

5 CONTRATADA

5.1 A empresa contratada é **EQUIMED INST. E EQUIP. PARA LAB. E HOSPITAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: nº 16.580.422/0001-13, com sede na Rodovia BR 101 km 504, 9994b - Sao Lourenco - Itabuna - BA.

6 DO VALOR

6.1 O valor da contratação totaliza a importância de R\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois reais).

7 JUSTIFICATIVA DO EXECUTOR E PREÇO

7.1 Temos de forma justificada a relevância do objeto. A executora trata-se de pessoa jurídica e atua no mercado com a atividade relativa ao objeto. Os objetos sociais descritos apontam experiência no mercado para o fornecimento dos produtos, dessa forma qualificando a executora.

7.2 Observamos que foram realizadas pesquisas de preços, tendo a empresa contratada apresentado o menor preço, estando os preços compatíveis com os preços de mercado.

7.3 Quanto ao preço seria contrassenso e economicamente inviável, agora, que essa Administração, estando ciente do objeto a contratar e os valores investidos, efetuar uma licitação para tal mister. A contratada se propõe, através de sua proposta, executar o objeto pelo valor e condições apresentadas. Assim sendo, a contratada atenderá na sua totalidade o conjunto do objeto do presente contratação, sendo certo que pratica preços compatíveis com os de mercado.

8 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

8.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2020, a saber:

00034-1214000000 - MATERIAL DE CONSUMO
(060001.1030100442.030.33903000000.12140000000):

9 DOS PRAZOS

9.1 *Em razão do caráter emergencial da presente contratação a entrega deverá ser feita imediatamente, em sua totalidade, após o recebimento da respectiva ordem de fornecimento.*

10 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1 A Contratada deverá fornecer os produtos de acordo com a solicitação da Contratante, através de ordem de fornecimento, que deverá conter data de expedição, quantidade pretendida, local e prazo para entrega, preços unitário e total, carimbo e assinatura do



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado do Espírito Santo

responsável pela requisição.

10.2 A entrega deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Saúde conforme endereço constante no Cap. I.

10.3 As mercadorias entregues deverão vir acompanhadas da documentação fiscal, juntamente com cópia da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, no horário das 08h00min. às 16h00min.

10.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente em embalagens originais, contendo: procedência, marca, prazo de validade, entre outros (no que couber), e de acordo com a legislação em vigor, observadas as suas especificações.

10.5 Os produtos deverão ter, na data da entrega, no mínimo 80% (oitenta por cento) do seu prazo de validade ainda por vencer, com a data de validade impressa em cada item.

10.6 Todas as despesas com transportes correrão por conta da contratada.

10.7 A Secretaria Municipal de Saúde poderá se recusar a receber o objeto contratado, caso esteja em desacordo com a proposta apresentada pela empresa contratada, fato este que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba direito a indenização.

10.8 A forma de fornecimento do objeto, inclusive a garantia do material estará descrita no Autorização de Fornecimento, e se necessário, serão supervisionados pelos servidores da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

11 DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

11.1 O(s) objeto(s) serão recebidos nos termos do art. 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

11.1.1 Pelo servidor responsável no ato da entrega;

a) Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações requeridas neste documento.

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de até 03 (três) dias úteis. Só então será atestada a nota fiscal.

11.2 Serão recusados os materiais que apresentarem inadequados ou cujas especificações não atendam às descrições do objeto contratado.

11.3 O ato de recebimento dos produtos, não importa em sua aceitação. A critério da Contratante, os produtos fornecidos serão submetidos à verificação. Cabe a Contratada a substituição dos produtos que vierem a ser recusados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação.

11.4 Os produtos deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislação pertinentes.

11.5 Os produtos deverão ser acondicionados conforme praxe do fabricante devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, constando a identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor.

12 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

12.1 Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no Art. 27 da Lei 8.666/93. Porém, excepcionalmente, a lei de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado do Espírito Santo

regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos Arts. 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do Art. 32 da Lei 8.666/93.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

"Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de: Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991); Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

12.2 Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal.

12.3 Poderá a autoridade competente, na forma do Art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores.

13 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

13.1 DO CONTRATANTE

13.1.1 Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição.

13.1.2 Indicar ou designar servidor/comissão com competência necessária para proceder ao recebimento dos materiais sob os aspectos quantitativo(s), qualitativo(s), prazo(s) de vigência e entrega.

13.1.3 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estipulado.

13.1.4 Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência.

13.1.5 Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação.

13.1.6 Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos, que a seu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento do(s) material(is).

13.1.7 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatada (as) no(s) fornecimento(s), para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

13.1.8 Notificar a CONTRATADA, por escrito, à disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

13.1.9 Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo.

13.2 DA CONTRATADA

13.2.1 Entregar os materiais de acordo com as condições e prazos propostos neste Termo de Referência e Edital.

13.2.2 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Fundo Municipal de Saúde.

13.3.3 Providenciar mão de obra necessária para transporte, carga e descarga dos materiais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado do Espírito Santo

13.1.4 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações.

13.1.5 Custear o frete referente à devolução dos materiais defeituosos, dentro do prazo de garantia.

13.1.6 Manter durante toda a execução em compatibilidade com as obrigações assumidas, conforme dispõe o inciso XIII, do Art. 55, da Lei 8.666/93.

13.1.7 Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como o pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contrato, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade.

13.1.8 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, conforme preceitua o Art. 65º, §1º da Lei 8.666/93.

13.1.9 Considerando a obrigatoriedade de publicação dos contratos devidamente assinados no Portal de Transparência, para atendimento da Lei nº 12.527/11 de 18/11/11 (Lei Acesso a Informação) e a Lei Complementar nº 131/2009 de 27/05/2009, **necessário se faz a assinatura digital dos contratos** a serem celebrados com o Município. (Certificado Digital).

14 DA MINUTA CONTRATUAL

14.1 Visando instruir a Dispensa de Licitação do Processo Administrativo em epígrafe, a Administração substituiu o Termo de Contrato, conforma previsto no Art. 62, § 4º, da Lei 8.666/93, que diz:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

15 DO PAGAMENTO

15.1 Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de NOTA FISCAL ELETRÔNICA, através de "Ordem Bancária".

15.1.1 A nota fiscal deverá ser emitida em nome do: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Angelo Brioschi, 35 - Centro - Jaguaré - ES, CNPJ: 11.822.633/0001-00.**

15.1.2 Deverão constar no corpo da nota fiscal, as informações pertinentes a licitação.

15.2 Os pagamentos serão efetuados em conformidade com o disposto no § 3º do Art. 5º, da Lei nº 8.666/93, os pagamentos decorrentes de contratação cujo valor total não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do Art. 24, da lei 8.666/93, serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis e os demais 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da nota fiscal e/ou fatura correspondente a material



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado do Espírito Santo

entregue e aceito.

15.3 Após, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$VM = VF \times 12/100 \times ND/360$, onde:

VM = Valor da multa financeira;

VF = Valor da nota fiscal referente ao mês em atraso;

ND = Número de dias em atraso.

15.4 Para efetivação do pagamento a licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital e que no concerne a proposta de preço e a habilitação.

16 FISCALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

16.1 O **Município de Jaguaré** designará, formalmente, servidor para efetuar a fiscalização e fazer cumprir rigorosamente as condições deste Termo de Referência.

16.1.1 O fiscal da contratação terá, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Expedir ordem de fornecimento.
- b) Proceder ao acompanhamento do objeto entregue, com o auxílio de servidores da Secretaria Municipal de Saúde.
- c) Fiscalizar o fornecimento quanto à qualidade desejada.
- d) Comunicar à Contratada o descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento.
- e) Solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de alguma cláusula prevista neste Termo de Referência.
- f) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.
- g) Atestar as notas fiscais relativas ao recebimento do objeto para efeitos de pagamentos;
- h) Recusar o objeto que for entregue fora das especificações contidas neste Termo de Referência ou em quantidades divergentes daquelas constantes na ordem de fornecimento.
- i) Solicitar à Contratada e a seu preposto todas as providências necessárias ao bom e fiel cumprimento das obrigações.

17 DAS SANÇÕES

17.1 Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou demora na execução do Contrato, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às sanções indicadas abaixo, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente:

- a) Advertência formal: falhas ou irregularidades que não acarretem prejuízos à Administração.
- b) Pelo atraso na entrega do produto em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento).
- c) Pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do produto, caracterizada em dois dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do objeto.
- d) Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do primeiro dia após o vencimento do prazo estipulado para a substituição: 5% (cinco por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido, até



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado do Espírito Santo

o limite de 15% (quinze por cento).

e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Termo de Referência e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

f) Suspensão temporária, pelo período de até 02 (dois) anos, de participação em licitação e contratação com o Município de Jaguaré.

g) Declaração de inidoneidade, que o impede de participar de licitações, bem como de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos.

17.2 Na ocorrência de falhas ou irregularidades diferentes daquelas indicadas no item anterior, a Administração poderá aplicar à futura Contratada quaisquer das sanções listadas no item 17.1, consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

17.3 A critério da Contratante e nos termos do Art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93, as sanções previstas nas alíneas "f" e "g" poderão ser aplicadas cumulativamente com quaisquer das multas previstas nas alíneas "b" a "e".

17.4 As multas previstas, caso sejam aplicadas, serão descontadas por ocasião de pagamentos futuros ou serão pagas por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) pela futura Contratada no prazo que o despacho de sua aplicação determinar.

17.5 As sanções fixadas serão aplicadas nos autos do processo de gestão do Contrato, no qual será assegurado à futura Contratada o contraditório e a ampla defesa.

17.6 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega dos produtos, se dia de expediente normal no órgão ou entidade interessada, ou do primeiro dia útil seguinte.

17.7 Decorridos 3 (três) dias de atraso injustificado na entrega dos produtos, a Nota de Empenho deverá ser cancelada, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.

17.8 A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstem a participação em licitação e a contratação, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

a) Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a Contratada permanecer inadimplente.

b) Por até 01 (um) ano, quando a Contratada falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportarse de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

c) Por até 02 (dois) anos, quando a Contratada:

c.1) Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação; ou **c.2)** For multada, e não efetuar o pagamento.

17.9 O prazo previsto no item 15.8, alínea "c", poderá ser aumentado para até 2 (dois) anos.

17.10 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada à vista dos motivos informados na instrução processual, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

17.11 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado do Espírito Santo

os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

18 DELIBERAÇÃO

18.1 Com fundamento na justificativa acima, decido pela contratação por dispensa de licitação, nos termos do Art. 4º, da Lei 13.979/2020, a licitação é **DISPENSÁVEL**, ficando o Setor de Licitações e Contratos com a incumbência de promover os atos necessários à sua efetivação (inclusive as publicações e expedições dos documentos atinentes à espécie), zelando pela plena consolidação das formalidades legais.

18.2 Inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente ao fornecimento do produto em questão, é decisão discricionária do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise da Procuradoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Jaguaré-ES, 27 de maio de 2020.

MUNICÍPIO DE JAGUARÉ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DAYANA MARA DOS SANTOS SILVA BIZI
Secretária Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado do Espírito Santo

FMS-RESPIRADOR DE TRANSPORTE PARA USO EM AMBULÂNCIA, TIPO UTI MÓVEL>>

Modalidades de ventilação vcv/pcv/plv/v-simv/p-simv/cpap/os dualpap e niv completo monitor de ventilação com gráficos e valores numéricos fio2 ajustável de 35 a 100 por cento (sistema de venturi fonte automática de alimentação 100 a 240v bateria com mais de 6 horas de autonomia ventilador de transporte e emergência com recursos ventilatórios de alta performance atende desde pacientes neoatais até adultos. rápida inicialização da ventilação através da seleção do tipo de paciente diretamente na tela do ventilador compacto e leve pode ser utilizado na medicina de urgência para atendimento em campo na assistência primária em resgates no qual o paciente pode ser transportado por via terrestre ou aérea no pronto atendimento hospitalar no pós-operatório na sala de recuperação pós anestésica (rpa) e no transporte intra hospitalar e inter hospitalar modalidades ventilatórias vcv (assistida) pcv (assistida) plv/v/simv/p-simv/cpap dualpap(aprv bipap ajustáveis) psv vni ajustes de parâmetros de ventilação fluxo de o para oxigenoterapia 0 a 15 l/min 2 volume corrente 10 a 2500 ml frequência respiratória 0 a 150/min 1 tempo de subida (rise time) 0 a 2.0s pausa 0 a 70 pressão limite máxima 0 a 60cmh o 2 pressão inspiratória 1 a 60cmh o 2 pressão de suporte (ps) off 5 a 60cmh o 2 peep 0 a 40cmh o 2 sensibilidade assistida (pressão) off-0.2 a 10.0cmh o 2 sensibilidade assistida (fluxo) off 0.5 a 30.0l/min fluxo inspiratório em plv (neonatal) 4 a 20l/min ciclagem por fluxo em pressão de suporte 5 a 80 por cento concentração de o 35 a 100 por cento 2 tempo inspiratório 0.1 a 10.0s forma de onda do fluxo inspiratório quadrado desacelerado acelerado senoidal cpap 1 a 40cmh o 2 relação 1 4 a 4 1 backup off/plv/pcv/vcv tempo para alarme de apnéia 5 a 60s monitor de ventilação curvas de pressãoxtempo fluxoxtempo volumextempo loops de volumexpressão fluxoxvolume curvas de coxtempo spoxtempo 2.2 bargraph de pressão instantânea pressão máxima média plato peep e peep intrínseco volume corrente (volume expirado) inspirado minuto complacência estática e dinâmica resistência das vias aéreas tempo inspiratório e expiratório relação i e frequência respiratória total e espontânea volume minuto total e espontâneo fio2 2 spo e fc (pluso) co2 alarme automático (valores ventilatórios) 10 20 ou 30 por cento pressão alarme de alta off 1 a 80 cmh o 2 pressão alarme de baixa off 1 a 80 cmh o 2 peep alarme de alta off 1 a 40 cmh o 2 peep alarme de baixa off 1 a 40 cmh o 2 volume minuto alarme de alto off 0.1 a 100.0 l volume minuto alarme de baixa off 0.1 a 100.0 l tempo para alarme de apnéia 5 a 60 s frequência respiratória alarme de alta off 1 a 200 min 1 frequência respiratória alarme de baixa off 1 a 200 min 1 spo baixo off 30 a 100por cento 2 etco alarme de alto off 1 a 80 mmhg 2 etco alarme de baixa off 1 a 80 mmhg 2 co inspirado off 1 a 20 mmhg 2 bateria fraca pressão de rede baixa (40 psi 276 kpa) desconexão do circuito respiratório obstrução do circuito respiratório apnéia sem rede elétrica atenção sensor spo (sensor fora do dedo) 2 sistema de alarmes e segurança características físicas display de cristal líquido lcd colorido de 320x240 pontos gráfico tela sensível ao toque de 5.7 alca de transporte suporte para transporte e fixação em maca dimensões 255x181x231mm peso 3.25 kg características elétricas fonte conversor ac/dc externo (12v conector 4 vias) rede elétrica (50/60hz) 100 a 240 vac potência consumida máxima 50 w saída 12vdc 4 vias 12 vdc corrente 2.5 a bateria bateria interna li ion 11.8 vdc 4000 mah



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado do Espírito Santo

autonomia da bateria interna 390 min tempo para recarga 4.0 h pressão de rede (prede) 60 a 150 psi consumo do oxigênio 0 180 l/min compensação de pressão barométrica classificação equipamento classe ii energizado internamente tipo bf para operação contínua equipamento a prova de respingos certificações din en 794 3 2009 ce 0120 nbr iec 60.601 1 nbr iec 60.601 1 2 nbr iec 60.601 1 4 acessórios suporte para parede base móvel para uso em salas de recuperação e emergência mochila com suporte para resgate misturador de ar comprimido e o de 21 a 100 por cento (blender) 2 braço articulado sensor para oxímetro de pulso (spo) 2 sensor para capnografia (co2) garantia de acordo com o fabricante esteja de acordo com registro no inmetro.

FMS-MONITOR MULTIPARAMETROS COM CARDIOVERSOR>>

Utilizado para transporte de paciente grave em UTI móvel baixo peso energia bifásica entregue de até 300 joules bateria interna permite mais de 100 choques pas comutáveis adulto e pediátrica display de LCD TFT colorido com 8.4 polegadas fonte automática de alimentação 100-240V dimensões das pas 30.0cm (largura) 21.5cm (profundidade) 28.0cm (altura) peso aparelho completo em tronco de 7.10 elétrico AC 100 a 265 VAC 50/60Hz (seleção automática) bateria recarregável removível duração com carga plena de 3 horas em modo monitor tempo de carga completa da bateria (completamente descarregada) memória com capacidade de 2Mbytes pacientes armazenados 150 pacientes ECG gravação de 2 horas contínuas da curva de ECG quando em modo DEA auto diagnóstico de desfibrilação nível de bateria pas conectadas e verificação da ligação do aparelho a rede elétrica desfibrilador forma de onda exponencial truncada bifásica parâmetros de forma de onda ajustados em função da impedância do paciente aplicação de choque por meio de pas (adesivas) multifuncionais ou pas de desfibrilação desfibrilação adulto/externa. escalas 1/2/3/4/5/6/7/8/9/10/20/30/50/80/100/150/200/250/300 e 360 joules energia máxima limitada a 50J com pas internas ou infantis comandos botão de ligar/desligar carregar choque sincronismo seleção de energia botão de terapia no painel frontal comando de carga botão no painel frontal botão nas pas externas comando de choque botão no painel frontal botoes nas pas externas comando sincronizado botão sinc no painel frontal auto sequência de carga quando habilitada carrega energias pré configuradas pelo usuário para o primeiro segundo e terceiro choques sem necessidade de alteração manual do seletor indicadores de carga sinal sonoro de equipamento carregando sinal sonoro de carga completa LED nas pas externas e nível de carga indicada no display tempo máximo de carga (200J) rede e bateria 4s (360J) rede e bateria 6s cardioversão 60ms pas adulto e infantil externas e adulto e infantil internas monitoração e desfibrilação extensão multifunção USB 2.0 para transferência do eletrocardiograma armazenado em modo DEA para um PC compatível display indicação de nível de bateria tamanho 128.2mmx170.9mm tipo LCD TFT colorido resolução 640x480 pixels (VGA) ECG suporta até 12 derivações simultâneas. entradas cabo de ECG 3 ou 5 vias cabo de ECG 10 vias pas externas pas multifuncionais faixa 15 a 350bpm eletrodo solto identificado e mostrado com alarme de baixo nível spo2 faixa spo2 0 a 100 por cento faixa pulso 30 a 250bpm mochila com suporte para resgate garantia de acordo com o fabricante esteja de acordo com registro no



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado do Espírito Santo

inmetro.

FMS-BOMBA DE INFUSÃO>>

Com programação interativa display lcd com detector de ar ultrassônico e sensor de pressão eletrônico com nível de oclusão regulável bomba peristáltica linear bomba de infusão vazão: adulto: 0.1 a 999.9ml/h incremento por 0.1ml/h Infantil: 0.1 a 99.9ml/h incremento por 0.1ml/h volume limite: 9999.9ml tempo limite. programações: ml/hx volume limite tempo/volume limite e peso/concentração/dose (opções kg e g) pressão de oclusão: programável de 150 - 900mmhg e programável de 20 - 120kpa funções especiais: memória da última infusão titulação balanço hídrico escolha de equipo macro/micro gotas zero volume sem interrupção da infusão ajuste volume alarme ajuste de kvo ajuste de bolus ajuste de oclusão purga escolha de idioma (português inglês espanhol) bloqueio teclado e biblioteca de drogas kvo: programável de 0.1 a 3.0m/h bolus: modo adulto: até 999.9ml/h (programável) e modo infantil: até 250.0ml/h (programável) desvio da vazão com equipo padrão: mais ou menos 5 por cento da vazão programada detector de ar na linha: sensor ultrassônico com opção de desligamento para infusões enterais (modo enteral parenteral) modo adulto: sensibilidade de 250ul e modo infantil: sensibilidade de 150ul display: em lcd pre-alarmes: fim de bateria fim de infusão e balanço hídrico alarmes visuais e/ou sonoros alimentação: 110 - 230v, 50/60 hz bateria recarregável nimh e com autonomia: 6 horas a 25ml/h peso: 2.3kg dimensão lxaxp: 160x205x230mm certificações da ANVISA e INMETRO com garantia assistência técnica.